

## O *Ratio Studiorum*: indícios nos manuais escolares de Filosofia de 1934 a 1944

*Ratio Studiorum*: traces in the 1934-1944 school textbooks of Philosophy

**Aldemir Barbosa da Silva**

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Celso João Carminati**

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

---

**Resumo:** Os manuais escolares são instrumentos da cultura escolar, tornando-se, para os historiadores, fonte privilegiada de investigação na História da Educação, permitindo que adentrem na relação entre a produção, a circulação e os usos desse objeto escolar, e o entrecruzam com as construções culturais e educacionais no campo historiográfico. Na primeira parte deste artigo, aborda-se um breve histórico da fundação e da representação do método pedagógico jesuítico *Ratio Studiorum* nas instituições educacionais católicas europeias e na colônia portuguesa brasileira. Na segunda parte, abalizam-se aspectos das reformas educacionais republicanas e sua relação entre as ausências e as permanências da disciplina escolar de filosofia no currículo oficial. Por fim, analisam-se os indícios da presença do *Ratio Studiorum* em três manuais escolares de filosofia aprovados/autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) na década de 1940, sendo uma relação estratégica para o movimento Reação Católica no país.

**Palavras-chave:** História da Educação. Manuais de Filosofia. *Ratio Studiorum*. Políticas educacionais.

**Abstract:** School textbooks are instruments of school culture, becoming a privileged source of research for historians in the History of Education and putting them in touch with the relation between the production, circulation and uses of this school object and the interconnection with the cultural and educational constructions in the historiographical field. In the first part of this article, we present a brief history of the foundation and representation of the Jesuit pedagogical method *Ratio Studiorum* in European Catholic educational institutions and in the Portuguese Brazilian colony. In the second part, we emphasize aspects of the Republican educational reforms and their relation with the moments of absence and permanence of philosophy as a school unit in official curricula. Finally, we analyze the traces of *Ratio Studiorum* in three school textbooks of philosophy approved / authorized by the National Commission of Textbooks (CNLD) in the 1940s as a strategic relationship for the Catholic Reaction movement in the country.

**Keywords:** History of Education. Textbooks of Philosophy. *Ratio Studiorum*. Educational policies

---

## Introdução

A cultura escolar jesuítica foi instrumento estratégico da Companhia de Jesus, ao instituir o método pedagógico jesuítico *Ratio Studiorum* nas metrópoles e colônias católicas (europeias e americanas), abalizando um conjunto de normas e práticas coordenadas a finalidades, consideradas por Julia (2001, p. 10) “religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização”. Nesse viés, tais representações sociais e práticas nos manuais incorporam intenções, objetivos e regulações que configuram um objeto de pesquisa no campo da Historiografia da Educação.

Analisar os manuais escolares - objetos de investigação da cultura material escolar-, problematizá-los como temática de pesquisa e mobilizá-los como fonte/documentos por novas lentes no campo da História da Educação permitem reconhecê-los como um potencial estudo historiográfico. Nesse caso, tais objetos escolares são designados pelos historiadores da educação como artefatos, utensílios e materiais escolares. Mas, além da materialidade, constituem instrumentos pedagógicos nas políticas educacionais, instituindo uma metodologia de ensino-aprendizagem na formação da nação e consistindo em fonte e objeto de pesquisa.

Esses artefatos escolares ocupam espaços privilegiados entre as instituições escolares, sendo objetos de intensas disputas nos campos político-educacional e editorial. Para Choppin (2002, p. 14), “o manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico” como fonte de conhecimento ao ser inquirido nos estudos da cultura escolar.

No recorte temporal da pesquisa, ocorre a fundação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938, que regulamenta tais artefatos escolares no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias da República. Nesse sentido, a escolha dos membros desse aparato estatal permite ao então ministro Gustavo Capanema posicionar intelectuais em defesa dos preceitos republicanos e contra o advento das tendências políticas autoritárias no país, configurando um mecanismo de poder na formação da nação.

A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Tal posição estratégica se configura, para Certeau (2008, p. 102), “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder”, fazem o governo reconhecer os manuais escolares como objetos de poder, instituindo então a CNLD como poder

normatizador. Nesse caso, para Choppin (2004, p. 561), “o estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável”, sendo as políticas educacionais espaço de articulação do governo.

Na primeira metade da década de 1930, as emendas católicas na Constituição Federal são indícios dessa relação de poder intrínseca entre os intelectuais católicos e o governo, como os avanços da pedagogia católica com a representação do *Ratio Studiorum* entre os manuais escolares de filosofia. Tal representação, para Chartier (1990, p. 184), pode ser “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente”, possibilitando ao movimento Reação Católica reposicionar intelectuais católicos nos campos editorial e político-educacional, como entre os aparatos estatais e católicos.

Diante disso, a discussão do tema neste artigo foi estruturada da seguinte forma: na primeira parte, aborda-se um breve histórico da presença do *Ratio Studiorum* nas instituições educacionais católicas das metrópoles europeias e na colônia portuguesa brasileira; na segunda parte, abalizam-se aspectos das reformas educacionais no período republicano, entre ausências e permanências da disciplina escolar de filosofia no currículo oficial; e, por fim, analisam-se aspectos que constituem a presença do *Ratio Studiorum* em três manuais escolares de filosofia aprovados e autorizados pela CNLD na década de 1940.

## O ensino pela cultura escolar da Companhia de Jesus

A cultura escolar jesuítica, sistematizada e ordenada pelo programa de ensino *Ratio Atque Instituto Studiorum Societatis Jesu<sup>s</sup>*, foi instituída como um conjunto de princípios que fundamentaram a Companhia de Jesus a partir dos pilares pontificais da Igreja Católica, idealizados pelo Pe. Inácio de Loyola. No século XVI, tal projeto foi constituído de forma estratégica, com expressão nas nações católicas europeias e nas suas colônias. Nesse período, os reinos católicos foram detentores de novos territórios e possibilitaram aos jesuítas ocuparem espaços privilegiados na formação desses povos, sendo arquitetada a construção de novas instituições jesuíticas com foco nos preceitos do ensino e da evangelização.

As instituições jesuíticas têm função estratégica para Certeau (2008, p. 102), pois são “capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” na extensão do poder eclesiástico, pois atuam intencionalmente no processo de formação das elites entre as nações católicas. A fundação do primeiro colégio jesuítico externo, em 1543, por S. Francisco Xavier, na Espanha, e, depois, a fundação da Universidade, ou *Studium Generale*, em 1547, por Francisco de Borja, na Índia, expressam os caminhos da missão educativa dos jesuítas (FRANCA, 1952): os dispositivos pedagógicos regidos por um conjunto de normas e práticas representam

traços de uma cultura escolar que orientam a formação educacional nos reinos e colônias católicas.

A cultura escolar como conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Nesse viés, os Colégios italianos de Messina, Palermo e Romano foram as principais instituições jesuíticas que demonstraram expressão no projeto expansionista e se tornaram referência para os primeiros estudos sobre a cultura escolar jesuítica, como os fundamentos que iriam constituir o *Ratio Studiorum*. Entre os objetivos desse projeto, constavam: priorizar o estudo das regras que configuravam o plano de ensino jesuítico; organizar o funcionamento das novas instituições; planejar a expansão dos colégios para outras nações; e universalizar os pressupostos do ideário católico (catequético e missionário), formando um sistema educacional para a Companhia de Jesus. Assim, a posição estratégica dos colégios jesuíticos na formação da nação iria permitir os avanços e a permanência do cristianismo nas nações.

*Colégio de Messina.* - Mas foi em Agosto de 1548, que, a pedido do Vice-Rei e da cidade de Messina, S. Inácio aceitou e abriu nesta cidade o primeiro Colégio clássico da Companhia [...]. *Colégio de Palermo.* - O exemplo de Messina foi contagioso. Em 1549, a cidade de Palermo dirigia um apelo a Inácio, solicitando a instituição de um Colégio, irmão do de Messina. O fundador atendeu o pedido e em Novembro já se abria [...]. *Colégio Romano.* - A vista do rápido incremento da obra educativa da Ordem recém-fundada, concebeu Inácio o projeto de abrir em Roma um grande colégio que viesse, com os anos, a servir de centro de modelo das instituições congêneres disseminadas pelo mundo (FRANCA, 1952, p. 4).

O pioneirismo dos colégios jesuíticos no desenvolvimento de um plano educacional compreendia ações missionárias, como a constituição de grupos de estudos, que possibilitou romper as distâncias de comunicação entre os colégios, ao instituir um sistema organizacional que aproximava os dados educacionais para a elaboração de um programa de ensino universal. Nessa conjuntura, foram implantadas, em 1547, por ações diretas do Pe. Polanco (secretário do Pe. Inácio de Loyola), regras que determinavam a todas as províncias vinculadas às missões jesuíticas enviarem correspondências a Roma com relatos de suas experiências no projeto missionário.

Desde 1547, a Companhia armazenava informações sobre o andamento da catequese e do ensino em todas as missões. Por

meio da comparação de experiências e da adaptação dos métodos de ensino as novas circunstâncias, considerando as especificidades locais dos colégios já existentes em várias partes do mundo, Acquaviva pretendia estabelecer uma regra universal, válida para todos os lugares. Aplicada ao ensino, asseguraria a unidade de pensamento e ação dos padres que deveriam (HANSEN, 2001, p. 15 -16).

Esse projeto, mesmo marcado por empecilhos demonstrados pelas dificuldades de comunicação do período, manteve suas relações de poder no plano educacional jesuítico com o Pe. Claudio Acquaviva, que nomeou, em 1581, comissões responsáveis pelos estudos dessas correspondências, com o objetivo de formular as regras e as normas que seriam universalizadas e implantadas na redação final do *Ratio Studiorum* como programa oficial do ensino jesuítico, em 1599. Nesse caso, a relação entre a circulação das versões de 1586 e 1591 do *Ratio Studiorum* possibilitou aos jesuítas a redação de um texto regulamentar destinado a unificar os textos pedagógicos. E tais normas e práticas, para Julia (2001, p. 11), “não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos carregados de facilitar sua aplicação”.

As bases da configuração do método pedagógico jesuítico simbolizavam a hierarquização de um sistema educacional conduzido por leis rígidas da Igreja Católica, o que pressupunha um poder intrínseco nos espaços de edificação estratégica para a manutenção do ideário católico. Assim o documento intitulado Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares, publicado em 1566, teve expressiva influência sobre os jesuítas, principalmente pelo que determinava o capítulo V – Matérias que os escolásticos da Companhia de Jesus hão de estudar.

E como, geralmente falando, são de muito proveito os estudos humanísticos de várias línguas (A), a lógica, a filosofia natural e moral, a metafísica, a teologia escolástica e positiva (B), e a Sagrada Escritura, serão estas as matérias que hão de estudar os que se enviam aos colégios (C). Insistirão com maior diligência naqueles que mais se relacionam com o fim indicado, tendo em conta as circunstâncias dos tempos, lugares, pessoas etc., como parecer oportuno em Nosso Senhor, a quem tem a responsabilidade principal (LOYOLA, 2010, p. 125).

Os regulamentos que configuravam as Constituições da Companhia de Jesus determinavam as bases administrativas e educacionais das Congregações Eclesiásticas Jesuíticas. O ensino, centralizado nos colégios internos, priorizava os fundamentos teóricos aristotélicos e tomistas, com claro repúdio às seitas filosóficas e obras que continham interpretações errôneas. A defesa dos princípios católicos foi preponderante na edificação dos pilares teóricos da Companhia de Jesus, pois atuava na formação das elites entre as nações católicas.

Da edificação do projeto educacional jesuítico resultou o estratégico plano de ensino, constituído por 467 regras propostas, após longo período de investigação nos colégios<sup>ii</sup> jesuíticos espalhados principalmente pela Europa. Nesse viés, alguns aspectos que constituíam a complexidade desse projeto eram as regras: do provincial; do reitor; do prefeito de estudos superiores; dos professores de filosofia; dos exames escritos; e dos estudantes.

Os espaços institucionais jesuíticos atuavam sobre a formação das nações católicas regidos por princípios filosóficos e teológicos (escolásticos), sendo configurados por um conjunto de saberes que compunha a formação das elites católicas como mecanismo do poder da Igreja Católica no Estado. Nessa relação de poder, constavam a posição estratégica dos eclesiásticos e a elite católica nas decisões políticas das nações cristãs, como nos projetos de expansão das Congregações Católicas<sup>iii</sup> e na instituição do cristianismo como religião oficial.

A Igreja Católica e as monarquias luso-hispânicas estabeleciam tratados e alianças entre si. Por eles, a permuta de favores consistia nos privilégios outorgados à Igreja, entre os quais o reconhecimento da religião católica como religião oficial, e, em contrapartida, a Igreja atribuía as monarquias o poder de controlar e fiscalizar uma série de iniciativas (que, hierarquicamente falando, caberia à própria instituição religiosa). Desse modo, até a nomeação dos bispos dependia da autoridade imperial e os clérigos seculares eram, de fato, funcionários públicos. O imperador provia cargos eclesiásticos em troca de pagamento das atividades eclesiásticas exercidas pelos clérigos (CURY, 2010, p. 14).

Em meados do século XVI, a manutenção do projeto expansionista jesuítico atuou diretamente na fundação de colégios coloniais, que representavam centros de formação cristã que edificavam as bases administrativas missionárias com atribuições específicas, o que correspondia à construção de igrejas, aldeamentos e colégios. Tal perspectiva era compactuada com os reinos católicos que possibilitaram a fundação dos colégios jesuíticos em suas colônias. Nesse contexto, o exemplo da colônia portuguesa permitiu, em 1549, o envio de seis jesuítas ao Brasil, acompanhando Tomé de Souza, o primeiro governador-geral dessa colônia. Assim, entre os indícios do *Ratio Studiorum* na cultura brasileira, destaca-se a influência da pedagogia de evangelização do Pe. Manuel de Nóbrega e do Pe. José de Anchieta<sup>iv</sup>.

Os jesuítas foram pioneiros na educação brasileira, pois nos primórdios da colonização pela coroa portuguesa começaram a catequização dos índios e o ensino aos filhos dos barões e da nobreza. Com o objetivo de atrair os índios, os jesuítas solicitaram à coroa portuguesa que enviasse de Lisboa os meninos órfãos, como estratégia catequética e missionária, para interagir com os meninos índios, ensinando a língua portuguesa aos indígenas (ato de ler e escrever por diferentes métodos pedagógicos, como o canto orfeônico e a música instrumental). No entanto, a

gramática latina foi projetada ao ensino dos colonizadores, pressuposto para continuidade dos estudos no ensino superior, que ocorreria na Europa.

Tal organização pedagógica foi desenvolvida a partir do método conhecido como *modus parisiensis*, ou seja, técnicas de ensino e aprendizagem utilizadas nas instituições católicas europeias na Idade Média, identificadas pelas inclinações educacionais do período escolástico. A utilização dessa pedagogia se dava por comportamentos educacionais que prezavam pelo *lectio*, *disputatio* e *repetitiones*, quer dizer, um processo de normas e práticas da cultura escolar que constituía a formação dos jesuítas na Universidade de Paris.

Baseando-se na escolástica, o *modus parisiensis* tinha como pilares a *lectio*, isto é, a preleção dos assuntos que deviam ser estudados, o que pode ser feito literalmente por meio de leitura; a *disputatio*, que se destinava ao exame das *questiones* suscitadas pela *lectio*; e as *repetitiones*, nas quais os alunos, geralmente em pequenos grupos, repetiam as lições explanadas pelo professor diante dele ou de um aluno mais adiantado. Os mecanismos de incentivos ao estudo implicavam castigos corporais e prêmios, louvores e condecorações, além da prática da denúncia e delação (SAVIANI, 2011, p. 52).

Nesse contexto, os currículos das instituições jesuíticas de Estudos Inferiores ou de Faculdades Superiores se apropriaram dos princípios do *Ratio Studiorum*, sendo constituídos pelo ensino da gramática no latim e no grego, tanto na leitura das obras no idioma original como nas atividades escolares que circundavam a formação (traduções e produções textuais). As correntes filosóficas do aristotelismo e do tomismo influenciaram esse sistema de ensino na Idade Média, que compreendia a escolástica<sup>v</sup>, e, após o Renascimento, ocorreu sua transição para a Idade Moderna.

Entre os sinais do apogeu da Companhia de Jesus nos territórios de coroas católicas constam as edificações eclesiásticas, educacionais e administrativas. Era um poderio estrutural em Portugal que tinha extensão na colônia brasileira, pois, conforme Azevedo (1963, p. 539), “possuíam os jesuítas só no Reino 24 colégios, além de 17 casas de residência, e na colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever”.

No entanto, tal expansão rompeu seus limites ao assinalar que, além dos dados oficiais apresentados, constavam aldeias e povoados onde existiam casas dos jesuítas com pequenas escolas ou seminários, que representavam a extensão desse programa de ensino. É importante mencionar que, após a Reforma Pombalina e o advento do Iluminismo português, os jesuítas foram isolados de suas funções e expulsos da colônia portuguesa, em 1759, tanto em Portugal quanto nas terras pertencentes ao reino português.

## Legislações educacionais e indícios da Reação Católica

Após a Reforma Pombalina (Alvará Régio, de 28 de junho de 1759) e a edificação da coroa portuguesa no Brasil (1808), nenhuma organização institucional de ensino foi instalada no território nacional, mantendo, assim, a presença do sistema jesuítico, edificado principalmente nos colégios e seminários no litoral e em algumas ramificações pelo planalto, ainda que as aulas régias (aulas isoladas de matérias, sendo fragmentadas e dispersas) tenham sido introduzidas em substituição ao método pedagógico jesuíta (AZEVEDO, 1963).

Como se sabe, por muito tempo no Brasil, predominou o estudo da filosofia nos seminários católicos, dificultando o processo de laicização na atividade filosófica. A tentativa do Marquês de Pombal em 1759, de tornar o ensino de filosofia laico, não resultou em fator positivo, haja vista que os professores que continuaram as atividades pedagógicas eram filhos de proprietários rurais formados pelos colégios Jesuítas (CARMINATI, 1997, p. 62).

Os indícios do *Ratio Studiorum* estavam impressos na formação do corpo docente, mesmo após a Reforma Pombalina, ocupando posição privilegiada na formação da nação, como na manutenção dos preceitos que regiam o ideário católico. Para Azevedo (1963, p. 554), “mantendo-se quase exclusivamente eclesiástico, todo esse ensino tradicional que se transferira das mãos dos jesuítas para os padres seculares e dos frades, franciscanos e carmelitas - seus naturais continuadores” -, não se distanciava de aspectos da cultura escolar jesuíta.

Nessa conjuntura, os conhecimentos de filosofia, grego, latim e retórica que compunham o currículo escolar jesuítico, mesmo retirados das reformas da instrução, foram componentes educacionais entre as aulas régias<sup>vi</sup>. No entanto, a implantação das reformas da instrução apontava, para Azevedo (1963, p. 554), que “as aulas régias e as escolas, ainda em estado embrionário, que se instalaram nos conventos, são orientadas na direção, segundo os métodos e como o mesmo regime de disciplina, sob as influências da igreja”.

No período Imperial brasileiro, o projeto Januário Cunha Barbosa sobre a instrução pública instituiu, pelo Decreto-Lei de 15 de outubro de 1827, a fundação da Instituição das Escolas de Primeiras Letras, com o ensino dos princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana. Em 1837, a fundação do Colégio D. Pedro II regulamentou o currículo oficial do ensino secundário, com a permanência do ensino de filosofia, e, após alterações na legislação de 1841, permitiu maior espaço no processo de formação aos conhecimentos filosóficos.

Na Reforma Educacional Couto Ferraz, pelo Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, consta em sua redação: “Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte”. Dessa forma, apresentava na instituição pública secundária, entre as cadeiras que compunham o currículo oficial, o ensino de filosofia. Depois, na Reforma Educacional Leôncio de Carvalho, pelo



Decreto-Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1878, consta: “Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império, sendo obrigatória a presença da *Philosophia* entre as disciplinas escolares que compõem o currículo das Escolas Normais do Estado”.

Nesse contexto, a disciplina escolar de filosofia, no período da coroa portuguesa no Brasil, teve posição nos currículos escolares do ensino secundário, retornando à formação da nação. No entanto, o *status* no currículo oficial foi interrompido após a instituição da República no Brasil, sendo retirada das Reformas Educacionais de Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901) e Rivadávia Corrêa (1911). Nesse viés, a posição de intelectuais na constituição de políticas educacionais foi abalizada pelos princípios positivistas, iluministas, maçônicos e laicos, refletindo na apropriação dos saberes que circulavam nas instituições europeias.

Após longo período de ausência do ensino de filosofia no currículo oficial republicano, houve na Reforma Educacional Carlos Maximiliano, com o Decreto-Lei nº 11.530, de 18 de 1915, uma nova presença da disciplina escolar filosofia, embora facultativa, pois, em sua redação, “reorganiza o ensino secundário e o superior na República”, ou seja, havia novas perspectivas de alcançar o *status* no currículo oficial.

Art. 166. As materias que constituem o curso gymnasial indispensável para a inscrição para exame vestibular são as seguintes: Portuguez, Francez, Latim, Inglez ou Allemão, Arithmetica, Algebra Elementar, Geometria, Geographia, Elementos de Cosmographia, História do Brazil, História Universal, Physica e Chimica e História Natural. Paragraphounico. Haverá um curso facultativo de Psychologia, Logica e História da Philosophia por meio da exposição das doutrinas das principaes escolas philosophicas (BRASIL, 1915).

Tais perspectivas, ainda sem expressão na política educacional, possibilitaram o retorno do ensino das concepções filosóficas, principalmente a escolástica (aristotelismo e tomismo), como um mecanismo do reposicionar as discussões em prol da cultura católica. Como forma de consolidação dessa tradição, decorrente das disputas internas por espaço e da presença do ensino católico nas escolas, nasceu o movimento Reação Católica<sup>vii</sup>, com expressão na conjuntura nacional ao se posicionar nos espaços estratégicos entre os círculos intelectuais e políticos com a fundação da principal revista católica, *A Ordem* (1921), e do pioneiro reduto católico Centro Dom Vital (1922), com articulações estratégicas no campo sócio-político-cultural.

Nesse sentido, mas com outra perspectiva teórica, também foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>viii</sup>, espaço de circulação dos intelectuais católicos e laicos. As repercussões dos debates nesse ambiente eram expressas na Reforma Educacional de 1925, refletindo nos estudos das próximas legislações do

sistema de ensino nacional. Os intelectuais da Reação Católica se reposicionavam entre as instituições educacionais católicas, laicas e militares, mantendo posição entre as principais discussões educacionais do país.

As Reformas Educacionais seguintes - Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) - apresentaram a disciplina escolar de filosofia com *status* de obrigatória, compondo o currículo oficial do ensino secundário entre os princípios da formação básica da nação. Conforme a Reforma Educacional Rocha Vaz, Decreto-Lei nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, entre os seis anos que correspondiam ao ensino secundário, o currículo escolar inovou e priorizou, nos dois últimos anos, as disciplinas escolares de filosofia e história da filosofia.

Art. 48. O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias: – portuguez, francez e latim, obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no paragrapho seguinte, instrução moral e civica, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia, literatura da lingua brasileira e das linguas latinas, e sociologia (BRASIL, 1925).

A representação dos conhecimentos filosóficos na formação da nação era indício dos avanços da Reação Católica no campo político-educacional. Na Reforma Educacional Francisco Campos, pelo Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, a disciplina escolar filosofia compunha o currículo do ensino secundário em dois ciclos: no fundamental, pelo período de cinco anos; e no complementar, pelo período de dois anos, como pré-requisito para os cursos superiores.

Art. 4º. O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous anos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos práticos individuaes, e compreenderá as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysca e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathetica, Physica, Chimica, Historia natural, Biologia geral, Hygiene, Phychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho (BRASIL, 1931).

As evidências do *Ratio Studiorum* seriam descritas pelos espaços nos manuais escolares direcionados ao ensino dos conteúdos filosóficos escolásticos (metafísica, ontologia e teodicéia), em acordo com a legislação educacional e programas dos centros universitários. Nesse período, a relação entre a Igreja Católica e o Estado possibilitou manobras no campo político-educacional e avanço dos intelectuais católicos entre os aparatos estatais. Na Reforma Educacional Capanema, pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Secundário e indicado o ensino de filosofia no currículo oficial.

Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes: I. Línguas: Português; Latim; Grego; Francês; Inglês; e Espanhol. II. Ciências e Filosofia: Matemática; Física; Química; Biologia; História Geral; História do Brasil; Geografia Geral; Geografia do Brasil; e Filosofia. III. Artes: Desenho (BRASIL, 1942).

Nesse viés, foi estratégico o reposicionamento de intelectuais católicos na década de 1930, pois atuavam, além das ligas, associações e movimentos católicos, entre os aparatos estatais na manutenção de poder intrínseco da Igreja Católica e do Estado. As articulações com os ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, em apoio aos princípios republicanos vigentes e em detrimento das políticas autoritárias, eram indícios da Reação Católica na política educacional.

## Os vestígios do *Ratio Studiorum* nos manuais escolares de Filosofia

Os manuais escolares representam, na História da Educação, um objeto de pesquisa que ocupa determinada temporalidade, com múltiplos significados e apropriação marcada pela materialidade desses artefatos nos sistemas educacionais. Para Choppin (2004, p. 553), são um “instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político”. Dessa maneira, transmite a cada geração um conjunto de saberes nas áreas do conhecimento, sendo apropriado e legitimado como conhecimento indispensável na formação cultural de uma nação e sua perpetuação.

No início da década de 1940, a autorização da produção, circulação e usos desses artefatos escolares competia à CNLD, munida de poder normatizador ao representar um aparato estatal estratégico no campo político-educacional. Nessa conjuntura, o primeiro manual escolar de filosofia foi aprovado/autorizado pela CNLD em 1942. Intitulado Filosofia (3ª edição, de 1933), era de autoria do Pe. José de Castro Nery (Monsenhor da Curia Metropolitana de São Paulo) com espaço privilegiado entre os artefatos oficiais na formação cultural da nação. Aqui, é importante salientar a prescrição dessa legislação educacional, conforme artigo 3º:

A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (BRASIL, 1938).

Os caminhos que percorreram a aprovação/autorização dos manuais escolares Noções de História da Filosofia (10ª edição, de 1944), do autor Pe. Leonel Edgar da Silva Franca S.J.<sup>ix</sup> (membro avaliador e vice-presidente da CNLD), e História da Filosofia (1ª edição, de 1944), do autor Jonathas Arcanjo da Silveira

Serrano (membro avaliador da CNLD), foram concluídos em 1946, após a fundação de uma Comissão Especial pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável pela avaliação dos livros dos autores/membros desse aparato estatal.

A lista dos manuais escolares aprovados/autorizados pela CNLD e pelo CNE foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelo Ministério da Educação e Saúde, porém, não mencionava a aquisição de tais materiais pelo governo ou sua distribuição nas escolas públicas (uma lacuna entre o prescrito e os usos). A trajetória dos três autores ocupou espaços privilegiados no cenário político, eclesástico e educacional, com destaque no campo editorial entre as publicações nas revistas católicas *A Ordem*, *Kriterion* e *Verbum*.

Os manuais escolares são fontes que, ao serem inquiridas por lentes da historiografia, permitem reconhecer a importância desses artefatos, utensílios e materiais escolares no campo de investigação dos elementos da cultura escolar. Esses artefatos escolares são um instrumento de informação e seleção de conhecimentos científicos, ancorados por suportes pedagógicos, educativos e históricos como fontes que, ao problematizá-los, faz com que se tornem documento de investigação no campo da História da Educação. Nesse viés, os traços da materialidade desses artefatos escolares constituem objetos da pesquisa, conforme segue.

O primeiro manual escolar, intitulado *Filosofia*, foi impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais<sup>x</sup> e publicado em São Paulo pela Companhia Editora Nacional. Nesse caso, uma breve análise da primeira e da segunda edição, correspondentes aos anos de 1931 e 1932, constata que não havia expressivas alterações na materialidade. A terceira edição, publicada em 1934, com o carimbo de registro nº 3.468, indica que ela foi aprovada/autorizada pela CNLD e publicada no DOU (seção II), no boletim nº 138, pág. 4658, em 04 de julho de 1942 pela Secretaria Geral de Educação e Cultura. Em relação à trajetória do Pe José de Castro Nery, doutor pela Universidade Gregoriana (Roma), catedrático de Filosofia no Ginásio do Estado (São Paulo) e membro do corpo docente da Universidade Católica de São Paulo.

Entre os aspectos da materialidade, encontramos na página de apresentação: nome do autor, titulação, título da obra (*Filosofia* - sumário e dicionário, de acordo com o programa oficial), inscrição em latim<sup>xi</sup>, edição, ano e editora; formato brochura, capa dura; contém 329 páginas; dimensão de 18,7 cm x 14 cm x 2,5 cm; fonte Times New Roman, tamanho 11 e 12, contendo caracteres em maiúsculo e negrito; existência de esquemas gráficos em formas geométricas, em destaque o desenho de uma árvore na pág. 44, intitulada *Árvore Porfiriana*<sup>xiii</sup>; não constam outras imagens, exercícios ou espaço para escrever; há nas primeiras páginas o prefácio, datado de 1930 e 1933, sendo o último da 3ª edição; e as notas de rodapé (156), todas no idioma nacional.

A configuração estrutural dá-se desse modo: Prefácio; Índice Analítico; Programa de Filosofia no Ginásio Pedro II; Conselho para estudante; Abreviações; A visão do ser; Ontofilosofia; I. Filosofia do ser sensível ou Estética (capítulo); II. Filosofia do ser inteligente ou Lógica; III. Filosofia do ser voluntário ou Ética; IV. Filosofia do ser espiritual ou Psicologia; V. Filosofia do ser material ou Cosmologia racional; VI. Filosofia do ser necessário ou Teologia racional; VII. Filosofia do ser enquanto ser ou Ontologia; Epílogo: As ciências Metafísicas; Dicionário; Índice Alfabético; e Índice Onomástico (CURY, 1934). Mesmo não seguindo a cronologia dos períodos da História da Filosofia, apresenta os pensadores e suas discussões em torno dos temas filosóficos.

O fio condutor de investigação nos capítulos é o ‘ser’ e suas relações entre os campos filosóficos: inicia ao relacionar o conceito de estética/belo nas correntes idealistas, realistas e espiritualistas; passa pela lógica entre as ciências matemáticas, físicas, biológicas, morais e metafísicas; fala da ética e sua relação *a priori* com Spencer e *a posteriori* com Kant, entre aspectos gerais e particulares; cita a psicologia e a relação com behaviorismo, psicanálise e gestatória; aborda a teologia, pelos fundamentos da metafísica, psicologia, social e história; e, por fim, indica a ontologia, entre os debates com fenomenismo, espiritualismo, materialismo, idealismo, panteísmo ou monismo.

O segundo manual escolar, intitulado Noções de História da Filosofia, foi impresso pela Companhia Editora Nacional e publicado no Rio de Janeiro em 1944, correspondendo à 10ª edição, pelo carimbo nº 998. Foi aprovado/autorizado pela CNLD, pelo processo nº 85.754-44, e publicado no DOU (seção I), pág. 14998, em 02 de julho de 1947, pela Secretaria Geral de Educação e Cultura. É importante destacar que sua 1ª edição foi em 1918 e, depois, houve acréscimo dos capítulos A Filosofia no Brasil e Filosofia Contemporânea, além de outras alterações e revisões, que permitiram ao artefato escolar conquistar posição estratégica entre as instituições católicas e laicas do país.

Em relação à trajetória do Pe. Leonel Franca S.J., doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, este fazia parte do cenário eclesial, político e educacional como membro dos aparatos estatais Comissão Censitária Nacional (CCN), CNLD, CNE, entre outros; foi conselheiro eclesial do Centro Dom Vital, Sociedade Jurídica Santo Ivo, Liga Eleitoral Católica, entre outros; foi reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), tendo sido fundador da revista *Verbum* (1941); e era importante liderança nos meios católicos, atuando diretamente na articulação da Reação Católica com os ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema. Aqui, é válido destacar a relação entre a primeira e a segunda edição do livro didático:

Em 1918 Leonel Franca publicou seu primeiro livro. Noções de História da Filosofia respondeu a vivas instâncias de vários alunos,

desejosos de um subsídio seguro para a preparação de exames, assim como de um guia para a aquisição de conhecimentos sólidos. A edição de 1921 incluiu importante capítulo sobre a Filosofia no Brasil. Em seu prefácio, escreveu o autor: A verdade é o anel supremo de nossa alma (ALEIXO, 2004, p. 112).

Quanto à materialidade do artefato escolar, temos: as inscrições na capa são nome do autor, título da obra e editora; formato brochura e capa dura; com 458 páginas; dimensão de 22 cm x 14,7 cm x 2,8 cm; fonte Times New Roman, com tamanho 11 e 12 e contendo caracteres em maiúsculo e negrito; apresenta apenas um esquema gráfico na pág. 219; não constam instrução de uso, imagens, exercícios ou espaços para os alunos escreverem; contém epígrafe; apresenta o prefácio da primeira, segunda e sétima edição; entre as notas de rodapé (540) constam a bibliografia do capítulo, termos, expressões e textos nos idiomas latim, grego, italiano, português, francês e alemão. As editoras que publicaram esse manual escolar foram Drummond, Pimentel de Mello, Companhia Editora Nacional e AGIR<sup>xiii</sup>.

A configuração estrutural dá-se desse modo: Prefácio (primeira, segunda, terceira e antes da sétima edição); Preliminares; I. Filosofia Oriental (capítulo); II. Filosofia Grega; III. Filosofia Patrísticas; IV. Filosofia Medieval; V. Filosofia Moderna; VI. Filosofia Contemporânea; VII. A Filosofia no Brasil; Conclusão; Apêndice; Índice Analítico (Sumário); e Índice Onomástico (FRANCA, 1944). O rigor cronológico ocorre na configuração da História da Filosofia, como nos subcapítulos entre as correntes filosóficas dos períodos marcados por discussões em torno dos temas e o pioneirismo no capítulo A Filosofia no Brasil.

No Apêndice, as representações do *Ratio Studiorum* demonstram pontos expressivos das permanências do sistema escolástico, com críticas à Filosofia Moderna e Contemporânea. Apontam os espaços do pensamento escolástico no século XIX entre as cátedras universitárias, os círculos intelectuais católicos e a imprensa editorial católica, munidas pela produção, circulação e usos na Itália, França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Portugal.

Fora dos seminários diocesanos e dos colégios católicos de ensino secundário, onde pouco a pouco o tomismo substitui a filosofia cartesiana e a eclética, a escolástica é desenvolvida em toda a sua amplitude na Universidade Gregoriana e na Minerva, em Roma, na Universidade de Lovaina, nos Institutos Católicos de ensino superior de Paris, Lilla, Angers, Tolosa, Lião, nas várias Universidades Católicas. Até a Universidade protestante de Amsterdam e a Sorbona tem tido cursos livres de filosofia escolástica (FRANCA, 1944, p. 434).

Entre outros aspectos, destacam-se: a filosofia fora das escolas católicas é espetáculo da anarquia; a verdadeira originalidade não requer distância dos conhecimentos antigos, como realizam os filósofos Kant e Hegel, Comte e Schopenhauer, Lamennais e Cousin, Rosmini e Gioberti, Hartmann e Spencer; os

princípios da filosofia não necessitam ser edificados, pois Platão e Aristóteles já inauguraram tais conhecimentos; com Santo Tomás de Aquino, está a chave perdida da metafísica e o verdadeiro caminho da filosofia; os empiristas e os idealistas fizeram da filosofia um receptáculo de extravagância (FRANCA, 1944).

As evidências do *Ratio Studiorum*, impresso no capítulo A Filosofia no Brasil, apresenta a discussão em torno da importância das obras escolásticas no país: Compêndio de Filosofia Racional - D. José Afonso de Moraes Torres; Compêndio de Filosofia - José Soriano de Sousa; A vida Psíquica do Homem - Visconde de Sabóia; entre outros. No entanto, faz uma análise das fragilidades do pensamento filosófico positivista, ceticismo, materialista, utilitarismo e teoria naturalista, utilizando para isso o subcapítulo Pampsiquismo Panteísta de Farias Brito e a conclusão.

O terceiro manual escolar, intitulado História da Filosofia, foi impresso pela Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. e publicado em 1944, no Rio de Janeiro, pela Livraria Editora Zelio Valverde<sup>xiv</sup>, correspondendo à 1ª edição pelo carimbo nº 3468. O mesmo foi aprovado/autorizado pela CNLD, pelo processo nº 86.259-44, e publicado no DOU (seção I), pág. 14998, em 02 de julho de 1947 pela Secretaria Geral de Educação e Cultura. Em destaque, a trajetória Jonathas Serrano, que era juiz do tribunal de Direito Distrito Federal (1932 - 1934), membro do Conselho Superior de Ensino Rio de Janeiro (1914) e de aparatos estatais como CNE e CNLD, entre outras atribuições.

Entre alguns aspectos da materialidade, a capa é composta apenas com as informações nome do autor, título da obra, ano e editora; formato brochura e capa dura; com 239 páginas; dimensão de 22,1 cm x 14,8 cm x 2,2 cm; fonte Times New Roman com tamanho 11 e 12 e contendo caracteres em maiúsculo e negrito; não apresenta esquemas gráficos, imagens, exercícios, espaço para escrever ou instrução de uso; contém epígrafe; as notas de rodapé (30) são organizadas por ordem numérica hebraica, em que consta a bibliografia do capítulo. Não é indicada a inscrição no Índice Geral e o termo Índice Onomástico, mas está impresso no fim do livro.

A configuração estrutural dá-se desse modo: Índice Geral; Explicação Necessária; Introdução; I. A Ciência (capítulo); II. Classificação das Ciências; III. Conceito de Filosofia. História da Filosofia. I – O Alvorecer da Filosofia; II. Os Ante-Socráticos; III. Sócrates e os Grandes Socráticos; IV. Os Pequenos Socráticos e as Escolas Post-Aristotélicas; V. Roma e o Cristianismo; VI. A Filosofia Medieval; VII. A Filosofia Moderna; VIII. A Filosofia Contemporânea; IX. A Filosofia no Brasil; e Índice Onomástico (SERRRANO, 1944).

O autor utiliza da estrutura do livro didático Noções de História da Filosofia com raras alterações ao longo dos capítulos, como na configuração do Índice Geral. As discussões a partir da Filosofia do Brasil iniciam pelos autores de livros didáticos

do período e por posições entre as correntes filosóficas no Brasil, porém tal estrutura já era retratada pelo Pe. Leonel Franca (referenciado entre os autores e pensadores de filosofia do país no artefato escolar).

Nessa toada, alguns aspectos que circundam a história dos manuais escolares são as questões referentes à materialidade e aos conteúdos escolares. No primeiro aspecto, a materialidade dos manuais escolares é um método que requer, para Munakata (2012, p. 184), “conhecer o processo de produção, circulação e consumo de livros, no interior do qual seus elementos, por exemplo, o tamanho da página, adquire inteligibilidade”. No segundo aspecto, reconhecer a importância de análise dos conteúdos escolares; para Hamel (2000, p. 140), quer dizer que “ultrapassaram largamente as matérias ensinadas em uma disciplina dada. Eles refletem também os ideais sociais, políticos, ideológicos e religiosos de uma sociedade. Esses elementos realizam, com efeito, em parte, a formação do cidadão”. Nessa perspectiva, esses objetos de pesquisa da cultura escolar, além da função didática e de transmissão dos conhecimentos (a partir dos conteúdos de aprendizagem), adquirem a função cultural e ideológica.

Uma breve análise dos aspectos da materialidade desses artefatos escolares permite abalzar os conhecimentos filosóficos, compostos por uma estrutura de temas da filosofia e da história da filosofia, mantendo o mesmo rigor teórico-filosófico. As questões metafísicas e a filosofia no Brasil, porém, têm espaço privilegiado, sendo indícios do *Ratio Studiorum*.

Além das discussões em torno do pensamento filosófico tomista e neotomista característicos do *Ratio Studiorum*, constam informações que percorrem os artefatos escolares, sendo enumerados os pensadores e as instituições superiores com os respectivos periódicos (1876 a 1926) que discutem temas escolásticos nos países europeus. Para melhor comunicar ao leitor o período de formação desta estrutura de pensamento:

A Escolástica medieval costuma ser distinguida em três grandes períodos: 1º a alta escolástica, que vai do século IX ao fim do século XII, caracterizado pela confiança na harmonia intrínseca e substancial entre Fé e razão e na coincidência de seus resultados; 2º o florescimento da Escolástica, que vai de 1200, aos primeiros anos do século XIV, época dos grandes sistemas, em que a harmonia entre fé e razão é considerada parcial, apesar de não se considerar possível a oposição entre ambas; 3º dissolução da Escolástica, que vai dos primeiros decênios do século XIV até o Renascimento, período em que o tema básico é a oposição entre fé e razão (ABBAGNANO, 2007, p. 401).

Nos três manuais escolares encontramos representações filosóficas vinculadas às principais discussões escolásticas nos temas: metafísica, introdução às ciências, cosmologia, moral, psicologia e lógica. Mas, entre os conteúdos destacam-se fortemente temas que, em geral, abordam os fundamentos filosóficos e teológicos do



cristianismo. Nesse caso, uma relação paralela pode ser estabelecida com os conteúdos de moral, devido à centralidade no *Ratio Studiorum*, pois indica as dez regras do professor de Teologia Moral ou Casos de Consciência e as quatro regras do professor de Filosofia Moral.

As representações do *Ratio Studiorum* compõem a estrutura dos manuais escolares dessa investigação e, para Choppin (2011, p. 16), tais “práticas têm razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas”. As práticas do currículo filosófico jesuítico priorizavam as discussões escolásticas, como os temas de metafísica, cosmologia e moral, sendo pontos expressivos nas discussões entre instituições secundárias e superiores católicas como mecanismo de poder na formação da cultura católica. Nesse viés, apresentamos os três aspectos predominantes na representação do *Ratio Studiorum* sobre os artefatos escolares que constituem objeto dessa pesquisa, conforme segue.

Inicialmente, as questões filosóficas do aristotelismo e do tomismo nos artefatos escolares dos autores Leonel Franca e Jonathas Serrano apresentam as discussões da escolástica (aristotelismo e tomismo) no período da Idade Média e do Renascimento e, depois, retornam à discussão entre as correntes filosóficas modernas, sendo a neoescolástica (neotomismo) tema privilegiado no capítulo da Filosofia no Brasil e no Apêndice. No manual de Castro Nery, essa discussão tem expressão nos temas filosóficos (ser espiritual ou psicológico, ser sensível ou estética e ser inteligente ou lógica). A presença de tais discussões entre os artefatos posiciona a importância dos pilares filosóficos metafísicos e éticos no período escolástico, sendo indícios do poder intrínseco da Igreja Católica sobre a formação da nação.

Posteriormente, a utilização das expressões em latim e grego constituem os artefatos escolares, sendo identificados por termos, frases, notas, obras, pequenos textos e notas de rodapé. Há, então, vestígios do uso do latim sem traduções e, também do grego, mas com traduções. Entre os manuais, tais usos são apresentados em diferentes níveis de intensidade, um aspecto primordial do *Ratio Studiorum*, pois exigem dos alunos essas habilidades.

O uso dos idiomas latim e grego pelo *Ratio Studiorum* ocorreu, desde a formação, nos cursos que compõem os Estudos Inferiores (retórica, humanidades e gramáticas) e as Faculdades Superiores (filosofia e teologia). Nesse viés, os corpos docente e discente, regidos por um conjunto de normas e práticas, centralizaram tais usos ao ministrar as aulas: nos ditados, nas traduções, nas leituras das obras originais, nas produções de textos, nas leituras públicas, entre outros. A presença de termos, frases, pequenos textos e notas em latim ou grego entre os manuais são vestígios do *Ratio Studiorum* sobre a linguagem no ensino de filosofia.

E, finalmente, os autores apresentam uma discussão sobre a questão do combate às seitas filosóficas, com subtítulos específicos que evidenciam as

interpretações errôneas de Averróes sobre as obras de Aristóteles. Nesse caso, as discussões sobre as seitas filosóficas foram retiradas do currículo filosófico jesuítico, tendo sido repudiadas pelo *Ratio Studiorum*. A representação dessa resistência às seitas filosóficas é o sinal da filosofia cristã entre os artefatos escolares em detrimento aos perigos dessas interpretações.

## Considerações finais

Os manuais escolares desta pesquisa são objetos indiciários da cultura escolar jesuíta, como um conjunto de fonte/documentos no campo da historiografia, que aponta vestígios do *Ratio Studiorum* na materialidade desses artefatos escolares. Analisar a trajetória dos autores, a função estratégica do aparato estatal, as alterações na legislação educacional e os impressos católicos permite sinalizar os manuais como fonte de conhecimento para o estudo da cultura escolar.

Abalzar as produções e a circulação dos autores entre as redes de sociabilidades nos campos editorial, educacional, eclesiástico e político permite perceber elementos que, ao se entrecruzarem com outras fontes, apontam estratégias em prol da cultura cristã nos impressos. Os indícios do *Ratio Studiorum*, além dos três aspectos investigados na pesquisa, indicam uma posição privilegiada entre os artefatos escolares oficiais nos tempos de Capanema (1934-1945), como o reposicionar dos intelectuais católicos nos aparatos estatais e os avanços da Reação Católica no país.

O texto em tela ancora os indícios do *Ratio Studiorum* nos três manuais escolares aprovado/autorizados pela CNLD. Dessa forma, o capítulo A Filosofia no Brasil, além de apresentar as correntes filosóficas espiritualista, positivista e materialista, sinaliza a importância dos compêndios e das obras de pensadores escolásticos no país. Nas discussões da evolução do pensamento filosófico no Brasil, tem ênfase o pensador Farias Brito, ao posicionar-se em prol da neoescolástica contra os avanços das correntes filosóficas antimetafísicas. E no Apêndice, evidencia os caminhos percorridos pela produção filosófica no fim do século XIX e início do século XX, situando a posição estratégica do movimento Reação Católica com os documentos eclesiásticos do Papa Leão XIII, os periódicos católicos internacionais, as universidades católicas e os pensadores da neoescolástica na Europa.

Assim, ao perscrutar tais artefatos escolares, como bens culturais que estão munidos de regulações, intenções e objetivos que percorrem espaços privilegiados na formação e constituem uma materialidade, como objeto de poder em disputa - produção, circulação e usos - e, então, inquiri-los, é possível contribuir com o campo da investigação da história cultural.

## Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALEIXO, Pe. José Carlos Brandi. Pe. Leonel Edgard da Silveira Franca, S.J.: Reitor da primeira Universidade Católica do Brasil. **Pensam. Real.**, São Paulo, v. VII, n. 15, p. 107-120, 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8447>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UNB, 1963.
- BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 mar. 1915. Seção 1, p. 2977.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro de 1925. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 abr. 1925. Seção 1, p. 8541.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 mai. 1931. Seção 1, p. 6945.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jan. 1939. Seção 1, p. 277.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 1942. Seção 1, p. 5798.
- CARMINATI, Celso João. **O ensino de Filosofia no II grau: Do seu afastamento ao movimento pela reintrodução (O caso da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - SEAF)**. 1997. Tese (Doutor em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Santa Catarina.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrande Brasil, 1990.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11): 5-24. Abr 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso: retrato histórico de uma polemica. In: CARVALHO, Carlos Henrique; NETO, Wenceslau Gonçalves (Orgs.). **Estado, Igreja e Educação: o Mundo Ibero-Americano nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Alínea, 2010.

FRANCA, Pe. Leonel. **O Método Pedagógico Jesuítico**. O “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

\_\_\_\_\_. **Noções de História da Filosofia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1921.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HAMEL, Thérèse. Transferências culturais entre metrópole e colônia: O livro escolar como instrumento da formação do cidadão em Quebec no século XIX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 8, p. 123-140, set./2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30142>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVIII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: USP, 2001, p. 67-96.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo. n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/37742506.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Loyola, 2010.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas**. São Paulo: Esfera do Caos, 20.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4072336/mod\\_resource/content/1/Texto%20Munakata\\_%20O%20livro%20did%C3%A1tico.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4072336/mod_resource/content/1/Texto%20Munakata_%20O%20livro%20did%C3%A1tico.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

NERY, P. J. Castro. **Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SERRANO, Jonathas. **História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

---

**Notas:**

<sup>i</sup> *Ratio Studiorum* é o nome abreviado de *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, o plano educacional que a Companhia de Jesus pôs à frente dos seus colégios nas mais variadas partes do globo (da Europa à Ásia, do Japão ao Brasil). Embora vulgarmente se traduza por código, ou método, o *Ratio Studiorum* é mais do que o plano de estudos, ou o *curriculum* escolar, ou o regulamento dos colégios dos jesuítas; ele é, na verdade, o regime escolar (e, nessa medida, também o plano de estudos, o código e o regulamento) que presidiu ao ensino nos colégios dos Jesuítas, desde que foi composto (no final do séc. XVI) até a extinção da Companhia de Jesus, em 1773 (MIRANDA, 2010).

<sup>ii</sup> Inclui os *modi* e as normas de regulamentos anteriores, como os do Colégio de Montaigu (1508); o Heptadogma (1518), do Colégio de Santa Bárbara; e modelos e regras de experiências dos vários colégios da Companhia, como o Colégio de Liège (1538), o Colégio das Artes ou Colégio Real de Coimbra (1548), o Colégio de Messina (1548), o Colégio Romano (1560), o Colégio Germânico (1560) (HANSEN, 2001, p. 17).

<sup>iii</sup> Além de franciscanos e beneditinos, outras ordens religiosas se fizeram presente no processo de colonização do Brasil, como os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos, tendo desenvolvido alguma atividade educativa (SAVIANI, 2011, p. 41).

<sup>iv</sup> José de Anchieta, grande figura da Igreja Católica e uma das maiores do Brasil, considerado apóstolo do Novo Mundo [...]. Linguista organizou a Arte da gramática da língua brasílica “o primeiro monumento de linguística brasileira, manuscrita desde 1560 e publicada em 1595; poeta e autor teatral, compôs em latim o Poema da Virgem e, em português e em tupi, orações, poesias, canções e atos religiosos; historiador, escreveu as Informações e fragmentos históricos (1584-86), a vida dos padres da Companhia Mortos no Brasil, e nos deixou, em suas cartas preciosas, uma das fontes mais seguras do primeiro século colonial (AZEVEDO, 1963, p. 505).

<sup>v</sup> Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade (ABBAGNANO, 2007, p. 401).

<sup>vi</sup> As aulas régias eram sinônimo de escola que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos poderiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si (SAVIANI, 2011, p. 108).

<sup>vii</sup> Além de criticar as medidas laicizantes como a precedência do casamento civil sobre o religioso, a laicização dos cemitérios, a inelegibilidade dos clérigos, a exclusão dos religiosos do direito de voto nas eleições e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, estimula os católicos a participar da política dando forma à ideia do partido católico (SAVIANI, 2011, p. 180).

<sup>viii</sup> Embora na origem o grupo tivesse a intenção de organizar um “partido do ensino”, a ABE firmou-se como órgão apolítico, destinado a congregar todos os interessados na causa da educação, independentemente das doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posição políticas (SAVIANI, 2011, p. 229).

<sup>ix</sup> Foi fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1941) e da Revista Verbum, exercendo uma importante liderança nos meios católicos em sua época, juntamente com Alceu Amoroso Lima (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 111-112).

<sup>x</sup> A Revista dos tribunais, como impressora de livros, foi muito mais que apenas um apoio para a Companhia Editora Nacional. De fato, no correr dos vinte anos seguintes ela iria ter, para a indústria gráfica brasileira, importância pelo menos tão grande quanto a Nacional para a indústria editorial (HALLEWELL, 1985, p. 271-272).

<sup>xi</sup> *Via longa brevis tempore percurrenda in omnibus nos immorari non sinit*. Tradução: Percorrido um longo caminho em um curto espaço de tempo não nos permite atrasar.

<sup>xii</sup> É uma representação sob a forma de uma árvore, feita pelo filósofo grego Porfírio, destinada a ilustrar a subordinação dos conceitos, a partir dos conceitos mais gerais, que é o de substâncias, até chegar ao conceito de homem, o de menor extensão, mas o de maior compreensão (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 115-116).

<sup>xiii</sup> Em 1953, o Brasil viu-se, no total, com menos editoras que em 1936. Contudo, alguns dos novos empreendimentos melhor conduzidos conseguiram sobreviver para fortalecer a indústria nos anos do pós-guerra. Destes, um dos mais importantes foi a AGIR - a livraria da editora Artes Gráficas Indústrias Reunidas S.A (HALLEWELL, 1985, p. 408).

<sup>xiv</sup> A firma de Zélio Valverde merece uma breve referência por ter sido importante livraria e editora na década de 1940. Valverde, jovem e “espantosamente obeso”, iniciou-se nos negócios em 1937, com uma pequena livraria num primeiro andar de um prédio da rua do rosário, voltada sobre tudo para a história do Brasil e os clássicos da literatura brasileira (HALLEWELL, 1985, p. 344).

### Sobre os autores

**Aldemir Barbosa da Silva** é Doutorando do Programa de Pós-Graduação Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha História e Historiografia da Educação, vinculado ao Observatório de Práticas Educacionais (OPE). Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Membro do Grupo de Pesquisa "Observatório de Práticas Escolares" - OPE - FAED/UDESC.

**Celso João Carminati** é Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2003), com estágio Sandwich na Università degli Studi di Milano - Itália (2000-2001). Pós-Doutor pela Università degli Studi di Bergamo - Itália (2015), sob supervisão do Prof. Dr. Fulvio Cesare Manara e pela Universidade de Lisboa - Portugal (2016), sob supervisão do Prof. Dr. Pedro Calafate. É professor concursado (Associado VII) no Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Membro do Grupo de Pesquisa "Observatório de Práticas Escolares" - OPE - FAED/UDESC. Membro pesquisador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa - Portugal. Participa do Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia - LEFIS. Desde 04/02/2017, atua como Diretor de Ensino de Graduação do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED/UDESC.

*Recebido em 08/10/2018*

*Aceito para publicação em 12/01/2019*